

MANOEL BONFIM: RELAÇÕES ENTRE PROJETOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE*

EDIVALDO GOIS JUNIOR**

RESUMO: O objetivo deste estudo é descrever a relação de um importante intelectual, Manoel Bonfim, e suas propostas educacionais com o pensamento higienista. Teve como hipótese que a análise do povo brasileiro construída por Bonfim estaria próximo dos ideais higienistas. Para o estudo deste problema foi realizada uma pesquisa histórica com a contextualização de fontes primárias, delimitadas pelos livros de Bonfim. Concluiu-se que a mentalidade de Manoel Bonfim, que defendia o aumento da intervenção do Estado no campo da Educação e Saúde, aproximou os higienistas de suas posições. Para ele, a educação popular era fundamental para o desenvolvimento do país, tese comum em sua época que, posteriormente, se consolidou no pensamento social brasileiro no pós-1930.

Palavras-chave: História. Educação. Saúde. Brasil.

MANOEL BONFIM: RELATIONS BETWEEN THE NATIONAL PROJECTS OF EDUCATION AND HEALTH

ABSTRACT: The objective of this study is to describe the relationship between the educational proposals of an important intellectual, Manoel Bonfim, and the thought of hygienists. The hypothesis is that the analysis of the Brazilian people, built by Bonfim, was similar to the ideals of sanitarians. To conduct the study a historical research was carried out, delimited by Manoel Bonfim's books. It was concluded that the mentality of this intellectual, as the hygienists', advocated a state intervention in the field of Health and Education. According to Bonfim, popular education was fundamental to the development of the country, a common argument in his time, which was later consolidated in the Brazilian social thought after the 1930's.

Key words: History. Education. Health. Brazil.

* Pesquisa financiada pela Faperj e pelo CNPq. Nas citações diretas, a ortografia da época foi mantida.

** Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas (SP) – Brasil.

Contato com o autor: <egoisjunior@gmail.com>

MANOEL BONFIM: RELATIONS ENTRE LES PROJETS NATIONAUX
D'ÉDUCATION ET DE SANTÉ

RÉSUMÉ: L'objectif de cette étude est de décrire la relation d'un important intellectuel, Manoel Bonfim, et ses propositions scolaires avec la pensée hygiéniste. Elle a eu comme hypothèse que l'analyse du peuple brésilien construit par Bonfim serait proche des idéaux hygiénistes. Pour l'étude de ce problème nous avons mené une recherche historique qui a examiné les livres de Manoel Bonfim. Il s'est conclu que la mentalité de Manoel Bonfim, qui défendait l'augmentation de l'intervention de l'État dans le champ de l'Éducation et de la Santé, a approché les hygiénistes de ses positions. Pour lui, l'éducation populaire est fondamentale pour le développement du pays, thèse commune dans son temps qui, ultérieurement, s'est consolidée dans la pensée sociale brésilienne des années 1930.

Mots-clés: Histoire. Éducation. Santé. Brésil.

Introdução

Neste artigo tivemos como objetivo descrever a relação de um importante intelectual brasileiro, Manoel Bonfim (1868-1932), e suas propostas educacionais com o pensamento higienista. O “movimento higienista” na Europa teve como objetivo central a proteção da população. Os higienistas mediavam, a partir de “soluções científicas”, os conflitos entre o capital e os trabalhadores, procurando desenvolver a saúde da população e melhores condições de trabalho no horizonte do aumento da produtividade ou acumulação das empresas (RABINBACH, 1992). No Brasil, o movimento teve papel semelhante no início da industrialização. Porém, havia um aspecto especialmente preocupante para os higienistas brasileiros, qual seja: a formação do povo envolvendo o papel das raças e sua miscigenação. Por isso a presença de tendências eugênicas no movimento, que tinha como preocupação a higiene da raça. No início do século XX, a sociedade brasileira crescia em complexidade e diversificação, provocando a emergência de novos setores e atores sociais, em um contexto de desenvolvimento da ciência médica, de influência do positivismo e do surgimento dos movimentos sociais de esquerda, como o anarquismo e o comunismo. Alguns intelectuais brasileiros do início do século, como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Manoel Bonfim, postularam como tarefa pensar os problemas do Brasil. O que mais interessava a estes intelectuais era conceber o porquê da falta de desenvolvimento econômico em um país imenso e berço de inúmeras riquezas naturais (LEITE, 1976; MICELLI, 2001). A sociedade do início de século reclamava a modernização do Brasil e de suas cidades.

Foi sob o contexto problemático da superação do brasileiro, dito “atrasado”, sobretudo a partir do ponto de vista racial, que Manoel Bonfim fez severas e incisivas

reflexões sobre os problemas brasileiros, focando a necessidade de intervenção do Estado no campo educacional.

É patente nos dias atuais o discurso que diz que a educação e a saúde são direitos, são bens da população. Contudo, resgatar o contexto do início do século XX, a partir do pensamento de Manoel Bonfim, torna-se um exercício importante de reflexão, no sentido de entendermos os objetivos desta intervenção em um contexto de abandono das demandas sociais por parte do Estado.

Dada essas interpretações iniciais, nos defrontamos com o seguinte problema: a) É possível entender Manoel Bonfim como um intelectual articulado aos interesses dos higienistas no período? Sua proposta educacional e sua análise do povo brasileiro estavam distantes dos posicionamentos higienistas?

Para o estudo deste problema de pesquisa, realizamos um levantamento de fontes secundárias que se caracterizou pela análise do pensamento do autor e do movimento higienista brasileiro. Posteriormente, as interpretações da literatura especializada foram comparadas com a contextualização das fontes primárias, delimitada pelos livros de Manoel Bonfim.

Em termos metodológicos, na análise dos dados, não podemos perder a perspectiva de que qualquer discurso é datado. Por isso, sua interpretação descontextualizada apenas pode produzir anacronismos. Ignorar o contexto e valores da época comprometeria esta narrativa. Tivemos, então, a preocupação de interpretar as relações entre os ideais higienistas e o pensamento de Manoel Bonfim dentro de uma especificidade marcada pelo tempo e espaço. Ou seja, o estudo de uma mentalidade própria do início do século XX, envolvendo um contexto de busca de modernização do Brasil. Entender os ideais deste intelectual nos exigiu uma aproximação com o conceito de história das mentalidades.

Na primeira geração dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, atraídos pela psicologia coletiva, abriram o enfoque na história das mentalidades (LE GOFF, 2005). Eles abrem o caminho para novos historiadores, da terceira geração dos *Annales*, como Jacques Le Goff. Mentalidade é uma noção vaga, ambígua, mas, segundo Le Goff (op. cit.), é um dos conceitos que mais deu oxigênio à história. Para Ariès (2005, p. 207), a difícil ideia de mentalidade pode ser assim explicada:

Certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixam de sê-lo em outra época e numa outra cultura. O fato de não podermos mais nos comportar hoje com a mesma boa-fé [...] indica precisamente que interveio entre elas e nós a uma mudança de mentalidade.

Desse modo, entender o higienismo e a mentalidade de Manoel Bonfim em seu contexto, com suas contrariedades, especificidades, é relacionar-se com uma

época específica que tinha como objetivo explicar os problemas do Brasil. Este olhar não busca a construção de um modelo puramente estruturante que seja reproduzido em diversos contextos, mas, ao contrário, procura perceber as especificidades de dada sociedade, em determinado tempo. “A diferença torna-se então a condição da particularidade, e da inteligência da particularidade: ela separa essa cultura da nossa e assegurar-lhe uma originalidade” (idem, *ibid.*, p. 231).

Nuanças do higienismo brasileiro

No Brasil oitocentista, os médicos a partir dos argumentos de defesa da ciência passam a determinar a melhor forma para cada um cuidar de seu corpo, em um projeto de mudanças de hábitos em relação a ele, o que passaria pela necessidade de construção de projetos nacionais nos campos da Saúde e Educação que não se efetivaram no contexto do século XIX. Gondra (2004), ao analisar as teses médicas da Faculdade Medicina do Rio de Janeiro nos anos oitocentistas, revela o papel idealizado dos intelectuais da saúde. Nesse caso, sobretudo, dos médicos em uma orientação de políticas educacionais que sustentassem um projeto nacional de modernidade que não se organizou no século XIX.

O argumento fundamental da Modernidade envolve as narrativas sobre a identidade brasileira. Elas eram sustentadas pelo “racismo científico” da época, caracterizando um pessimismo claramente herdado de alguns intelectuais europeus (MARQUES, 1997). Contudo, a incorporação de ideias estrangeiras pelos nossos intelectuais não foi mecânica. Ainda que este movimento brasileiro tivesse características bastante heterogêneas em relação aos métodos, teorias e ideologias, ele era homogêneo na proposta de reabilitação do povo, sem dúvida, uma característica relevante do higienismo nacional. Para lograr esta reabilitação, a intervenção deveria ser sobre o estado de doença, o alvo responsável pela condição do povo, e não a inferioridade racial.

Essa mentalidade é ressignificada no início do século XX, pois passa a influenciar não só os médicos, mas também os intelectuais. Assim, o higienismo teve um papel decisivo em um debate mais amplo sobre interpretações, dilemas e rumos da sociedade brasileira. O povo doente era o grande obstáculo ao progresso ou à civilização, nos termos da época (LIMA; HOCHMAN, 2000; HOCHMAN, 1993).

Com isso, podemos observar um movimento pendular entre os intelectuais e higienistas brasileiros. Em outras palavras, um grupo influenciava o outro. Se, de um lado, os médicos exigiam do Estado uma atitude construtiva na melhoria das condições de vida da população, de outro, os intelectuais construam explicações nacionalistas para o atraso do país. Juntos, eles tiveram um papel preponderante

para que se pensasse, e ainda se pense a produtividade mais como resultado das condições dos trabalhadores do que como produto de suas características raciais. Assim, as condições sociais, econômicas e educacionais passaram a ser mais significativas que os determinantes raciais (STEPAN, 2005). Isso provocou uma mudança na consciência nacional sobre os problemas brasileiros.

Com o decorrer das primeiras décadas do século XX, com o desenvolvimento da ciência experimental na medicina, fica evidente que o problema da saúde do brasileiro tinha solução, derrubando as teorias deterministas raciais. Era preciso agir para sanear o país. Segundo Gilberto Hochman e Nízia Lima:

Os conhecimentos dos médicos-higienistas sobre a saúde dos brasileiros e sobre as condições sanitárias em grande parte do território nacional, revelados ao público em meados da década de 1910, absolviam-nos enquanto povo e encontravam um novo réu. O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria sanear-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos. (HOCHMAN; LIMA, 1996, p. 23)

O movimento pelo saneamento do Brasil concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático e na refutação de um nacionalismo ufanista. Para alcançar este objetivo, era preciso convencer o Estado a cumprir seu papel no campo social, pois este se encontrava inoperante nas questões nacionais. Sobretudo, quando eram observadas as condições sanitárias da população no interior do Brasil.

Por isso, o discurso pelo “saneamento dos sertões” habitou as entidades científicas na área da Saúde no início do século passado (HOCHMAN, 1998). Exemplo deste engajamento científico foi a Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 1918, e liderada pelo médico Belisário Penna. Ela pretendia alertar as elites políticas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para a sua causa (LIMA; HOCHMAN, 2000).

Penna compartilhava da ideia de povo doente e abandonado pelo Estado. Assim, também criticava as teorias europeias sobre a inferioridade da raça brasileira:

N’um país de doentes e analfabetos. Como o Brasil, a preocupação máxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento physico, moral e intelectual dos seus habitantes. Não há prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando á ignorância se juntam as moléstias e os vícios, o abatimento physico e intellectual, as lesões de órgãos essenciais. (PENNA, 1923, p. 25)

Na opinião de Penna, era preciso organizar o país. Afirmava que não faltavam recursos ao governo e criticava a política de empréstimos financeiros e de emissão de títulos da dívida pública. Penna, citando os relatórios de Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, verificou o estado de completo abandono do povo sem assistência

de nenhuma espécie, entregue à malária e outras doenças. O povo do interior não tinha informações sobre as formas de prevenção das moléstias. Mesmo que a população soubesse de todas as indicações médicas e das formas de profilaxia, não teria condições de praticá-las, afirmava aquele autor, pois não tinha recursos nem para se alimentar, nem para se medicar.

Diante desse quadro, o higienista discursou em favor da mudança deste panorama desolador, denunciando um país que deixava seu povo padecer isolado no campo. Em seus termos: “eis a causa da apavorante mortandade de crianças, de que não ha muito os jornaes se ocuparam, gastando muita tinta sem descortinar o seu principal factor – a fome” (idem, *ibid.*, p. 90). Para ele, a questão racial estava longe de ser o problema brasileiro. E o caminho de superação era o investimento nos ensinamentos da ciência em todos os ramos da atividade humana e na capacitação para o trabalho profissional. Nos seus escritos: “Nós ficamos mais ou menos impassíveis, alegando que o mal foi importado da África ou de Alhures, que está generalizado, que é próprio do clima e da raça, que é muito difícil de combater-se, e quejandas tolices” (*ibid.*, p. 56).

A historiadora Nancy Stepan (1998) ressalta que a preocupação dos higienistas brasileiros com as doenças da população rural era central em seus discursos, pois defendiam que o trabalhador rural estava doente por falta de intervenção, de uma ação preventiva, e não por inferioridade racial. Em seus termos:

According to reform-minded and nationalist doctors at the time, the rural population was diseased, not racially compromised, and could therefore be salvaged through programmes of rural hygiene (the question of gross inequities in land ownership and rural immiseration was thus bypassed). (STEPAN, 1998, p. 107)

Stepan (2005) analisa que, diferentemente, por exemplo, da eugenia europeia, os brasileiros e os latino-americanos não eram radicais na defesa da esterilização e segregação racial, pois preferiam a prevenção, com uma política de democratização de hábitos higiênicos. Sua mentalidade tinha um forte aspecto moral, sobretudo, contra o alcoolismo, as doenças infecciosas e sexualmente transmissíveis. Outra especificidade estava na discussão de formação de uma identidade nacional, que valorizava a mestiçagem como homogeneidade da raça. Contudo, esta posição não era unânime, já que outros, em menor número, defendiam um processo de branqueamento.

Essa mentalidade higienista influenciou e foi influenciada pela intelectualidade brasileira que, a partir da década de 1930, abandonou as teorias que julgavam nossa raça debilitada, valorizando a mestiçagem, como aponta Lilia Schwarcz:

Raça permanece, porém, como tema central no pensamento social brasileiro, não mais como fator de desalento, mas talvez como fortuna, marca de uma especificidade reavaliada

positivamente. [...] No país, vez por outra, é ainda possível ouvir a utilização do argumento, seja para reafirmar certa diferença cultural entre as raças, seja para afirmar uma valorização da mestiçagem. (SCHWARCZ, 1993, p. 287)

A partir da análise desta literatura especializada, desenhamos um contexto em que a mentalidade dos intelectuais brasileiros pode ter influenciado decisivamente os debates sobre higiene, pois qualquer pensamento que se aproximasse de alguma forma de determinismo biológico estaria fora do campo mais moderno do debate nacional, dado que poderia ser entendido e traduzido como determinismo racial. A raça brasileira no debate intelectual não era mais considerada ruim, ao contrário, era motivo de orgulho. É a partir deste contexto que analisaremos o pensamento de Manoel Bonfim. Enfim, sua proposta educacional aproxima-se dos ideais higienistas?

Educação e saúde, saídas para o Brasil: um discurso do início do século XX

Modernizar o país era uma mentalidade muito característica no contexto estudado. Os intelectuais se empenhavam em explicar a complexa realidade social brasileira. Os modelos de desenvolvimento e cultura europeus e norte-americanos eram amplamente defendidos, como o urbanismo científico, a higiene social, a opinião pública esclarecida, a melhoria das condições sociais. Era como se a instauração da República tivesse um compromisso inadiável com o cancelamento de toda a herança do colonialismo, da escravidão, do atraso. Essa consciência crítica tinha um sentimento de vergonha em relação ao passado (SEVCENKO, 1998). Contudo, a história não caminha por decreto, e assim entendemos que o pensamento de Bonfim teve raiz em uma crítica aos objetivos prometidos e não alcançados na República, mas também em influências muito ecléticas, que construíram uma mentalidade difusa que dificulta a análise e impede rotulações superficiais.

Dentro de uma tipologia gramsciana (GRAMSCI, 1978), poderíamos descrever Bonfim como um intelectual tradicional, interessado em manter o equilíbrio social, o consenso. Se tivéssemos acesso apenas a sua produção de livros didáticos em parceria com Olavo Bilac, construiríamos essas interpretações.

Por exemplo, Santos e Monteiro (2002) teceram essa interpretação a partir da análise do livro didático *Atravez do Brasil*, de 1910, publicado por Bilac e Bonfim. Os pesquisadores mostram a preocupação de Bonfim em garantir a unidade do povo brasileiro, da necessidade de construção de uma identidade nacional, para que a dicotomia entre diferenças biológicas, raciais e de classe fosse superada. Desse modo, ele reforçaria uma mentalidade de consenso, solidariedade e cordialidade.

Bonfim seria visto neste caso como um seguidor da chamada Geração de 1870, destacada pela crítica ao atraso brasileiro a partir dos modelos de civilização europeia. Como partícipe deste movimento, seria esquecido e superado, como afirmam Santos e Monteiro (2002), pelos movimentos sociais, políticos e culturais da década de 1920, como o Escolanovismo, Tenentismo, Anarco-Sindicalismo, Socialismo, Comunismo, sendo o Modernismo a expressão maior da consciência da necessidade de uma nova interpretação da realidade brasileira, enterrando o acadismo, o academicismo, o provincialismo, propondo para além da remodelação estética uma nova interpretação do homem e da sociedade brasileira (SANTOS; MONTEIRO, 2002).

Contudo, a análise de sua biografia distancia Bonfim dessa caracterização de intelectual tradicional, revelando sua heterogeneidade intelectual e tornando, enfim, essa descrição mais complexa.

Manoel Bomfim era sergipano de Aracaju. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se daí para a Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, onde firmou sua morada. Embora sua formação superior fosse a medicina, atuou no jornalismo, na educação e na política, como era comum para os bacharéis em sua época.

Na área do jornalismo, colaborou no *Correio do Povo*, dirigido pelo seu amigo Alcindo Guanabara (SILVA, 1998). Na área educacional, entre 1898 e 1902, foi professor de Moral e Cívica na *Escola Normal do Districto Federal*, onde também foi professor de Pedagogia e Português. Nesta mesma escola, dirigiu o *Pedagogium*, instituição destinada à pesquisa educacional, onde aplicou teorias psicológicas aprendidas em um estágio que fez em Paris, em 1902, com Alfred Binet (GONTIJO, 2003).

Em Paris, começou a redigir o livro *A América Latina: males de origem*, e teve contato com as mais recentes tendências da antropologia. Nesse período, conheceu a produção das teorias que criticavam os pressupostos racistas. Durante a sua permanência na Sorbonne, estagiando no laboratório de Alfred Binet, leu as obras de Waitz, Martin de Moussy, Quatrefages e, possivelmente, Bagehot. Estes autores foram mencionados em seus escritos e contribuíram para a elaboração de sua argumentação antirracista. É possível encontrar, também, ressonâncias de autores anarquistas, como Kropotkin, Proudhon e Bakunin. Além disso, existe a influência importante de Charles Darwin e a possível influência de Karl Marx (UEMORI, 2008).

Como intelectual, adotou postura de crítica ao racismo, ao imperialismo e em defesa da educação popular. Essas questões foram retomadas nas suas obras, sobretudo na trilogia publicada nos anos de 1920: *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação* (SILVA, 1998). Essa diversidade intelectual a serviço da explicação dos males do Brasil aproximou a mentalidade de Bonfim dos pressupostos higienistas, pois são produzidos no mesmo contexto com os mesmos objetivos, defendendo

a mesma intervenção, ou seja, a democratização da saúde e educação, superando o determinismo racial. Dessa forma, fica difícil o entendimento das duas mentalidades como funcionais ao capitalismo brasileiro. Ao contrário, parecem colaborar em um projeto de educação das massas, mas também cumpriam um objetivo sempre almejado pelos intelectuais, qual seja: a educação das elites econômicas. Para Santos (2008, p. 62):

Muito ao contrário de constituírem atos disciplinares para o povo, a difusão da profilaxia rural – para ficar num só exemplo – era não raro um ato disciplinador para o coronel, que se via obrigado à inspeção sanitária dos seus domínios por alguém que representava um poder estranho e uma intervenção, para ele, descabida. De modo que, se Jorge Nagle não se debruçou sobre essas facetas do ruralismo, que teriam por certo exigido uma discussão sobre os “otimistas” e “entusiastas” da saúde, bem como sobre os profissionais que se formavam no antigo Instituto de Higiene, em São Paulo, ou em Manguinhos, no Rio de Janeiro, nem por isso deixou de legar-nos suas categorias de análise, que resistem ao tempo e ao escrutínio.

O fim do século XIX e início do século XX tiveram como mentalidade específica o surgimento de campanhas cívicas, como a “defesa nacional”, a “construção do Estado”, o “entusiasmo pela educação”, o “otimismo pedagógico” e o “saneamento dos sertões”, que provocaram críticas que se consolidaram em políticas de modernização econômica e algumas conquistas palpáveis no terreno das políticas sociais. Assim, deixaram a marca profunda nas ideologias de mudança no pós-1930. Esses lemas estiveram interligados, pois uma boa parte dos intelectuais que se destacavam como educadores também estava na vanguarda do movimento sanitário (SANTOS, 2008). Embora houvesse, sem dúvida, uma diversidade ideológica, política e filosófica, esses movimentos, de tão heterogêneos, paradoxalmente, eram homogêneos na crítica social do contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX.

Dessa forma, intimamente relacionados por suas visões, Manoel Bonfim e os higienistas apostavam na ampla popularização da educação como ferramenta impreterível para a cura, já que o país estava doente.

Essas características deslocaram Bonfim, em uma tipologia gramsciana, da classificação de intelectual tradicional. Ainda, se observarmos a obra de Bonfim pela categoria racial, construiríamos uma narrativa que o colocaria como intelectual orgânico ligado aos interesses da classe trabalhadora. Contudo, percebemos que a tipologia gramsciana sobre os intelectuais não explicaria a heterogeneidade da mentalidade de Bonfim.

Como os higienistas, Bonfim via um Brasil que abandonou seu povo. A miséria do interior e das periferias dos grandes centros incomodava muito este intelectual. Nas suas palavras:

Na luz ofuscante da terra pátria como fundo vivo de tradições constantemente contrariadas, um Povo apagado, deprimido sob um século de esperanças mortas, singela melancolia, que só Coração aviventa. É a Própria substância da nação brasileira. Em reverso de miséria, o estado da massa Popular explica-se pela degradação dos dirigentes: fúria de desejos materiais, sugestões de cobiça, embate de egoísmos grosseiros [...] depressão de apetites saciados, ou desfalecimentos de vontades, no despeito de ambições insatisfeitas [...] deposita-se em vasa, onde afundou toda a nobreza das consciências dominantes, e sobre a qual há de decantar-se um povo esgotado, pois que a vida lhe tem sido o perpétuo labor de paria, a nutrir a renascente infecção. [...] Pobre povo! Tão naturalmente simples na grandeza destas paisagens! Pobres gentes, essencialmente boas, para aceitar a secular espoliação que as avilta! [...] Mal se explica o amesquinamento atual; mal se explicaria, se não soubéssemos como até agora, esse povo, que é a própria nação brasileira, tem sido, apenas, o manso e ignaro rebanho, desleitado e tosquiado, pelos três ou quatro milheiros de politicantes, e as centenas de mil outros parasitas, senhores da produção, carrapatos sobre a distribuição da mesma produção. (BONFIM, 1996, p. 538-539)

A imagem que Bonfim passou do povo brasileiro refletia a apatia, bondade, depressão. Para ele, as elites tinham o interesse de manter este estado de degradação da população, pois assim ela poderia ser eternamente explorada. Um povo que não tem educação não se conscientiza de seus direitos, aceitando a espoliação. O único interesse de nossos dirigentes, para Bonfim, era manter seus privilégios. Eles eram os culpados do atraso do Brasil, e não o povo. Dessa maneira, ele denunciava a inoperância do Estado. Mais uma voz clamava por reformas sociais que possibilitassem ao Brasil superar as dificuldades econômicas. A explicação de Bonfim para o quadro depreciativo que nos atingia era a falta de vontade política em investir no povo. Para ele, as teorias racistas eram pretexto para a dominação europeia. Dizer que os brancos eram superiores era reservar-lhes o lugar de comando na sociedade. Pela sua superioridade, seriam mais capazes de manter a ordem. Portanto, as teorias racistas pregavam que o domínio das elites brancas era natural.

O livro *A América Latina*: males de origem era uma reação ao preconceito, então corrente na Europa, a respeito da América Latina. Queria antepor essa visão europeia que ressaltava os levantes, as revoluções, a violência, como condicionantes de um estado natural de desordem. Manoel Bonfim via os latino-americanos na mesma condição análoga de um organismo debilitado e enfermo, ainda que se tratasse de um organismo social. Para ele, a causa da enfermidade era o “parasita” da colonização ibérica. Utilizou, então, a história para revelar as causas de seus males atuais. O ibérico debilitava seus países através da relação metrópole-colônia. O remédio para esta doença seria a educação (CARVALHO, 1998).

Bonfim fez uma verdadeira apologia da educação popular, mas seu otimismo repousava exatamente no fato de que tal situação era temporária e remediável. Seu discurso antirracista era alimentado pelo “otimismo pedagógico” (idem, *ibid.*).

No livro *Brasil Nação*, ele reservou no capítulo IX um subtítulo para discutir a raça. Dizia que “num povo que exprime em patente nacionalidade, caracterizada

numa história inconfundível, com tradições seguras, o primeiro esforço de engrandecimento político está em apurar o seu valor nacional” (BONFIM, 1996, p. 484).

Para ele, era a explicação histórica que dava conta das características raciais dos povos. Quando falava sobre as teorias deterministas raciais ele era taxativo:

À questão da raça – para reduzir à inanidade do próprio merecimento, as baboseiras, pretensiosas e erradas, dos que, brasileiros, e das classes dirigentes, têm feito para esta pátria um estigma de irremissível inferioridade – o ter, na massa da população característica, a combinação dos três fatores, onde entra o caboclo e o negro, condenados, inumanamente, antipatrioticamente, e asmaticamente, por inferiores. [...] Nesse critério, o francês Gobineau, mesquinha mentalidade de diplomata, que se promoveu a conde, considerou-se promovido também em sangue, e proclamou, sobre as raças desiguais, a absoluta superioridade dos germanos. (Ibid., p. 485)

Para Bonfim, a superioridade da Alemanha não vinha de um determinismo racial, mas sim da cultura e disciplina do povo. Ele exemplifica dizendo que a organização das colônias italianas e alemãs no sul do Brasil, que servia de argumentação aos deterministas, se explicaria por aspectos culturais. Seria difícil para o caboclo brasileiro, acostumado historicamente a uma forma de vida influenciada pelo regime de trabalho escravo, organizar-se melhor que os imigrantes. Mas isto não significava que o caboclo era naturalmente inferior, ele estava inferior.

Para Bonfim, a formação da raça estava completando-se no Brasil. A raça brasileira seria o mestiço. Com vemos nesta passagem:

Há, reconheçamo-lo, uma fortíssima proporção de sangue índio, hoje contado nos pretensos brancos – morenos, de cabelos corridos; há, também, em muitas partes do país, forte dosagem de sangue negro. Mas como o número de misturas é ainda maior; dada a tradicional ausência de preconceitos – preto no mulato, o mulato no claro, o claro no branco [...] em dois, ou três séculos, com o infalível afluxo de estrangeiros brancos, teríamos uma população relativamente homogênea, com o negro, muito esmaecido, e o caboclo incorporado ao branco. (Ibid., p. 486)

Como o problema racial estava prestes a se resolver, com a formação de uma raça tipicamente brasileira, ou seja, o mestiço, o moreno, só restava formar o sentimento de nacionalidade. Para Bonfim, criar o “Brasil Nação”, não diferente de seus contemporâneos, era – além de ter uma raça homogênea – ter um sentimento de nacionalidade. O brasileiro deveria ter algo que o diferenciasse dos estrangeiros, para assim se sentir brasileiro. Por isso, em sua obra, construiu uma história do Brasil que ressalta o sentimento de amor à pátria, vislumbrado pelo romantismo de Castro Alves e pelo indianismo de José de Alencar. Ele teceu uma série de elogios a poetas e romancistas destes movimentos literários e, inclusive, dedicou seu livro a Castro Alves. Sim, Bonfim era um nacionalista, mas não deixou que este sentimento impedisse a crítica social aos problemas do país. Influenciado pelo seu tempo, ele acreditou

nas teorias psicológicas de caráter nacional. Estas defendiam a tese de que cada povo tinha características psicológicas coletivas que eram transmitidas hereditariamente. Ele citou Ribot para dizer que: “num povo esta soma de caracteres psíquicos, que se encontram em toda a sua história, em todas as instituições e épocas, chama-se caráter nacional [...] a permanência do caráter nacional é o resultado, ao mesmo tempo a prova experimental de hereditariedade psicológica nas massas” (BONFIM apud LEITE, 1976, p. 255). Adotando esta teoria, Bonfim chegou à conclusão de que o Brasil era um país atrasado por ter sido colonizado por portugueses. Fazendo críticas aos ibéricos, o autor fez generalizações sobre estes povos. Depois das lutas contra os mouros, os ibéricos tornaram-se agressivos, conquistadores, fazedores de escravos (BONFIM, 1993).

Na tentativa de defender o brasileiro, construiu um estigma psicológico para o ibérico. Apesar de procurar explicações econômicas, sociais e culturais para o que ele considerou atraso dos mestiços do Brasil, ele acreditou em um Caráter Nacional Brasileiro. Ele não se libertou da ideia de transmissão de traços psicológicos, bastante preconizada em seu tempo. Portanto, o brasileiro teria uma raça com características psicológicas adquiridas que seriam transmitidas às gerações futuras. Diante desta teoria, o que deveria ser feito era investir na cultura e educação deste povo, ensinando-lhe valores que se transmitiriam hereditariamente aos seus filhos. Contudo, afirmar que não havia raças inferiores nem raças superiores, que o que as diferenciava era a “educação integral” não era pouca coisa para o seu contexto (RODRIGUES-MOURA, 2002), em que o discurso heterogêneo dos cientistas e intelectuais, como os higienistas, ainda tinha como característica o debate com o determinismo racial.

Os críticos deste determinismo racial, incluindo neste grupo boa parte dos higienistas e o próprio Bonfim, sempre se referiam como argumento de autoridade às pesquisas do antropólogo alemão, radicado nos Estados Unidos, Franz Boas. Eles defendiam que a negação do dogma racial baseava-se precisamente na afirmação da capacidade de todos os grupos humanos se “civilizarem”, desde que inseridos num contexto físico e social adequados (COSTA, 2003).

Além disso, a análise de Bonfim é fortemente sociológica, com alguma inclinação marxista, pois sua narrativa histórica ressaltava as relações de dominador e dominado que definem as chances de ascensão econômica das diferentes nações e dos diferentes grupos (idem, *ibid.*).

Para intervir politicamente, o Estado deveria regular estas relações, tornando as condições sociais mais igualitárias entre as classes. Por exemplo, uma escola única, laica e gratuita possibilitaria um desenvolvimento socialmente mais justo. Por isso, para Bonfim, e também para os higienistas, era preciso democratizar a educação.

Bonfim acreditava que a educação deveria servir à nação e à humanidade. Por sua vez, esta humanidade se realizava nos grupos nacionais. Então, a tarefa primeira da educação era disponibilizar os conhecimentos, fórmulas, métodos que constituíam os valores. Com este aprendizado, ele dizia que uma geração superaria a outra nos valores sociais, fazendo que o homem caminhasse para uma melhor organização; ensinando a criança a abandonar valores egoístas, cultivando a justiça, para que os interesses nacionais não fossem sacrificados (BONFIM, 1996).

Segundo Bonfim, a educação era o grande projeto para o Brasil. Dizia-se que faltavam homens valorosos em nosso país, o caminho era formá-los. Esta seria a suprema virtude da educação: poder sempre, de uma criatura normal, fazer um indivíduo inteligentemente produtor e moralmente disciplinado para uma vida livre. Era um período de valorização do trabalho. Educar também significaria preparar para o trabalho. Ele afirmou que a campanha de que resultasse a efetiva instrução tinha que ser, antes de tudo, uma excelente escola de disciplina e de apuro moral: *estudar* significava metodizar o esforço, disciplinar-se para o trabalho assíduo e conscientemente livre. Bonfim tenta, então, definir o que é educação, pois para ele era um termo vago em sua época, dizendo que não bastava repetir o termo, como se nele houvesse qualquer valor. A educação deveria ser pautada em valores claros (BONFIM, 1926). Um desses valores era o trabalho, como ele afirmou:

[...] apuram a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiarem sobre uma onda de analfabetos. Em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez de instrução profissional – industrial, onde tem saído o progresso econômico de todas as nações [...]. (BONFIM, 1993, p. 183)

A preocupação com a formação dos trabalhadores justificava-se pela importação de mão de obra estrangeira. Bonfim via que a formação educacional do povo brasileiro era mais eficaz do que a simples imigração. Este era o caminho que o Brasil devia percorrer, a exemplo do que ocorreu em outros países. Citava a Inglaterra do começo do século XVIII, que em tempos de crise não titubeou em tratar a educação como o recurso mais sólido na recuperação das energias sociais. A Alemanha do pós-guerra, com o país destruído, criou a Escola Nacional Única, que instituía o ensino profissional obrigatório dos 14 aos 17 anos de idade. Citava ainda como exemplo a Rússia da Revolução de 1917, que, segundo ele, apesar dos imensos obstáculos, conseguiu através da educação criar uma nova Rússia. Dizia ele: “A Rússia antiga desapareceu irremissivelmente, que da obra educativa, empreendida e em parte realizada pelo bolchevismo, sortiu uma Rússia nova, potente nas energias essenciais do seu povo” (BONFIM, 1996, p. 546).

Outra missão da educação era ensinar os preceitos higiênicos. Absolutamente, Bonfim era um defensor da educação higiênica. A higiene social era imprescindível no contexto brasileiro. Bonfim não pensava que estes novos hábitos eram imposições da burguesia ou, ainda, uma estratégia de dominação do proletariado. Pensava que a saúde das crianças devia ser cuidada através do ensinamento das novas descobertas científicas. Para efetivar na escola um clima propício para o ensino da higiene, ele propôs uma reforma das instalações escolares que atendessem às normas da engenharia higiênica, com salas amplas, arejadas, com iluminação natural; e, ainda, restrições no tempo de estudo, com o intuito de não fadigar o estudante. Enfim, seguindo todos os pressupostos adotados pelos higienistas (BONFIM, 1926).

O Brasil tinha um povo fraco, que não poderia desenvolver o país, pois estava doente. Mas esta não era uma condição definitiva. Através da educação e da saúde seria possível melhorar este povo, torná-lo apto ao trabalho. Por isso, Bonfim e os higienistas tiveram a incumbência de convencer a sociedade da época da importância das reformas sociais.

Considerações finais

Em um contexto de discussão sobre os problemas do Brasil, intelectuais das mais diversas vertentes ideológicas procuraram a explicação para o fracasso econômico do Brasil frente a países jovens e modernos, como os Estados Unidos.

A mentalidade de Manoel Bonfim, com o aumento do papel e intervenção do Estado, aproximou os higienistas das suas posições. Ele era contrário ao determinismo racial e favorável ao intervencionismo no campo da Saúde e Educação. O papel da educação como redentora da sociedade devia ser propagado, pois era uma nuance de uma mentalidade própria do período, que se consolidou no pensamento social brasileiro no pós-1930. Com isso, Bonfim aproximou-se do pensamento dos intelectuais brasileiros descritos por Stepan (2005), em que a preocupação central era a intervenção do Estado, a melhoria das condições ambientais como ferramenta preventiva e a formação de uma identidade nacional.

Dessa forma, podemos conhecer um pouco deste intelectual intervencionista que debateu as teses deterministas raciais. Ele defendeu que o brasileiro não estava condenado ao fracasso eterno de suas predisposições genéticas, mas, ao contrário, só precisava de assistência médica, de alfabetização, de preparação para o trabalho. Bonfim não viu muitos dos seus objetivos serem alcançados, já que eles tiveram presença na sociedade brasileira apenas no seu aspecto jurídico, não passando do papel na Primeira República (NAGLE, 1974).

Seu pensamento também tem especificidades interessantes, como, de um lado, uma clara e firme posição anti-imperialista e, de outro, a busca do caráter nacional como especificidade de um projeto incorporador, conciliador. O interessante é notar como Manuel Bonfim definiu o caráter nacional, construindo uma história que negou qualquer hierarquia entre os povos, pois as diferenças eram decorrentes de circunstâncias e de experiências históricas indivisíveis (IOKOI, 1998).

Referências

ARIÈS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 207-236.

BONFIM, M. *Lições de Pedagogia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

BONFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BONFIM, M. *O Brasil Nação: realidade da soberania nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CARVALHO, E.R. Ideias e identidade na América: quatro visões. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 7-28, dez. 1998.

COSTA, S. Paradoxos do pensamento anti-racista brasileiro no começo do século XX. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, v. 1, n. 42, p. 111-129, jan. 2003.

GONDRA, J.G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

GONTIJO, R. Manoel Bomfim: “pensador da história” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5. ed. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1978.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil, 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.

HOCHMAN, G.; LIMA, N.T. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M.C;

- SANTOS, R.V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 23-40.
- IOKOI, Z.M.G. Bonfim, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 395-400, 1998.
- LE GOFF, J. *A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LEITE, D.M. *Caráter Nacional Brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LIMA, N.T.; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva: os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 313-323, 2000.
- MARQUES, V. *Medicalização da raça*. Campinas: Unicamp, 1997.
- MICELLI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.
- PENNA, B. *Saneamento do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ribeiro dos Santos, 1923.
- RABINBACH, A. *The human motor: fatigue, energies and origins of modernity*. Los Angeles: University of California, 1992.
- RODRIGUES-MOURA, E. Olavo Bilac e Manoel Bonfim, autores de *Através do Brasil (1910)*: uma proposta educativa para o Brasil do começo do século XX. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 6., 2002, Salvador. *Actas...* Salvador, 2002. v. 2. p. 201-207.
- SANTOS, E.A.; MONTEIRO, R.M. O Brasil de Olavo Bilac e Manoel Bonfim: a construção política de uma identidade nacional através do ensino. *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 2 (38), p. 21-33, maio 2002.
- SANTOS, L.A.C. Reabrindo o debate sobre Nagle, a educação e a saúde na historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 47-62, 2008.
- SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v. 3, p. 7-48.
- SILVA, J.M.O. Manoel Bomfim e a ideologia do imperialismo na América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 138, p. 83-92, 1998.
- STEPAN, N. Tropical medicine and public health in Latin America. *Medical History*, London, v. 42, n. 1, p. 104-113, jan. 1998.

STEPAN, N. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

UEMORI, C.N. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 327-348, 2008.

Recebido em 26 de fevereiro de 2012.

Aprovado em 26 de março de 2013.